

Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar

Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira

Este artigo discute a importância e necessidade da articulação de redes sociais eficazes e capazes de proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social - mais especificamente em situação de abandono ou de afastamento do convívio familiar. Tem como referencial teórico, a abordagem sistêmica e a Teoria das redes sociais. Trata inicialmente das redes tradicionais de socialização (família e escola) como espaços de socialização fundamentais no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Em seguida define redes sociais e apresenta uma forma de se pensar o atendimento à criança e ao adolescente a partir da prática de redes. A intenção é trazer instrumentos e informações que fomentem a reflexão para uma compreensão mais ampla acerca da infinidade de situações vividas por crianças e adolescentes que sofrem pelo abandono ou afastamento do convívio familiar, e entender como essas situações se relacionam com as possibilidades de um trabalho em rede por parte dos diferentes atores implicados neste contexto: crianças, adolescentes, família nuclear, família extensa, escola, comunidade, serviços de saúde, Serviços de Assistência Social, Justiça da Infância e da Juventude, Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, serviços de acolhimento institucional (Abrigo, Casa-lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República) e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (responsáveis pela execução de serviços nas áreas de cultura, lazer, geração de trabalho e renda, habitação, transporte, capacitação profissional e pela garantia do acesso das crianças, adolescentes e suas famílias a estes serviços).

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

As desigualdades sociais não são mais suficientes para explicar as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em nosso país, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Estas situações repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária pelos quais passa a sociedade, ou seja, estão relacionadas ao **enfraquecimento das redes sociais** e, portanto, a um forte sentimento de solidão e vazio de existência.

As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as conseqüências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de

integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002).

Por isso, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei no. 8.069/90), a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar crianças e adolescentes do seu convívio familiar, encaminhá-los para serviços de acolhimento ou inviabilizar sua reintegração (Art.23). O afastamento apenas é justificado quando o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores é descumprido (Art.22) (BRASIL, 1991). Portanto, para se trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, marcadas pelo abandono ou afastamento do convívio familiar, deve-se compreender antes de tudo que esta “vulnerabilidade” aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, de pertencimento social ou vinculados à violência.

As relações em contexto de vulnerabilidade social geram crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a auto-estima consideravelmente comprometida. Estes jovens e suas famílias introjetam como atributos negativos pessoais as falhas próprias de sua condição histórico-social. De forma circular e quase inevitável, este ciclo se instala reforçando-se a condição de miséria, não só no nível material, como no nível afetivo. As pessoas, desde muito jovens, percebem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as faça crer em seu próprio potencial como ser humano.

Todas estas questões sociais devem ser consideradas no trabalho com pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade, pois exercem forte influência sobre o comportamento das famílias e da comunidade em geral.

Infância e adolescência na perspectiva sistêmica

A infância e adolescência devem ser compreendidas como fases do Ciclo de Vida familiar as quais envolvem tarefas específicas a serem desempenhadas por todos os membros da família (CARTER; McGOLDRICK, 1995; MINUCHIN, 1982). No processo de construção identitária, a criança e o adolescente constroem sua auto-imagem, seus valores, sentimentos e opiniões e, a partir disso, diferenciam-se dos outros. E as mudanças físicas/biológicas que vão ocorrendo no decorrer do seu desenvolvimento também exercem influência sobre sua auto-imagem e em como os outros os percebem.

A adolescência, por exemplo, está vinculada a um momento de socialização e construção identitária, rico em possibilidades de descobertas, mudanças, experimentação de papéis, novas experiências, condutas e situações sociais (DORON; PAROT, 2000; ERICKSON, 1976; OSÓRIO, 1992). Este período da vida é compreendido como uma passagem da dependência infantil à autonomia adulta, caracterizada por transações afetivas relacionais, sociocognitivas, sexuais, identitárias e normativas, de separação e individuação, de luto e desilusão, de desejo e prazer (SELOSSE, 1997).

Segundo Preto (1995), **a autonomia na adolescência** é uma construção de trajetória própria que envolve novas responsabilidades visando à inserção na vida adulta. Este processo implica em um desequilíbrio familiar, o que requer da família adaptação e a capacidade de compartilhar com esse adolescente, que passa a ocupar diferentes papéis e

também novos direitos e deveres. “Autonomia não significa desconectar-se emocionalmente dos pais, mas significa na verdade que um indivíduo não é mais dependente dos pais em termos psicológicos, e que tem mais controle sobre a tomada de decisões em sua vida” (p.229). Por isso, a busca de identidade na adolescência não requer uma ruptura com os pais, mas uma renegociação entre eles e seus filhos. Neste processo de construção da autonomia, as famílias precisam flexibilizar suas fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos, de modo a permitir ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema, deixando-o pertencer à família, mas, ao mesmo tempo, podendo vivenciar outros pertencimentos (CARTER; McGOLDRICK, 1995). Neste sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento da autonomia não pode ser confundido com falta de autoridade, regras e limites (questão a ser discutida mais adiante). Ao contrário, somente com o exercício da autoridade é possível a construção da autonomia: da capacidade de negociar papéis, reconhecer a alteridade, desenvolver o auto-respeito e o respeito pelo outro e ter limites, segurança, controle e responsabilidade sobre suas próprias decisões na vida.

Na perspectiva sistêmica, portanto, a autonomia é construída na relação. Assim como a autonomia, todas as etapas do desenvolvimento humano são melhor compreendidas quando ampliadas e contextualizadas “**na relação**”, ou seja, quando entendemos que as transformações decorrentes do desenvolvimento em cada etapa da vida ocorrem mais no nível social que biológico.

Neste sentido, a infância e a adolescência não são caracterizadas como períodos inerentes ao ser humano, mas como um processo, vivido em um momento dado, determinado na existência do sistema sociofamiliar (COLLE, 2001). E esta compreensão da criança e do adolescente à luz de seu contexto de relações sociofamiliares amplia nosso olhar em direção às suas **redes sociais**, ou seja, às relações interpessoais que eles percebem como significativas em sua vida: na família, na escola, entre amigos, no trabalho, na comunidade (SLUZKI, 1997).

O contexto das relações e as funções que as redes de pertencimento exercem na vida das crianças e dos adolescentes são modos de se conhecer a própria criança e/ou adolescente, assim como os contextos de risco e proteção a que estão expostos. Existe uma correlação direta entre a qualidade de vida da criança e do adolescente e a qualidade de sua rede social. Quando a criança e o adolescente têm uma rede social efetiva e confiável, ela gera saúde a eles. Do mesmo modo, quando há a deterioração da qualidade da interação da criança e/ou adolescente com sua rede social, esta se torna fator de risco à sua saúde. Por outro lado, numa perspectiva de co-construção das relações, envolver-se em situações de risco também deteriora a qualidade da sua rede social. Assim, por exemplo, quando o adolescente passa a se comunicar através de um sintoma (envolvimento com drogas e atos infracionais), há uma ruptura ou estagnação no desenvolvimento do ciclo de vida de uma família. Os sintomas são testemunhas do sofrimento, da vontade e simultaneamente da impotência da criança e do adolescente em curar seus sistemas relacionais. Isto significa dizer que o sintoma regula o sistema, mas também denuncia suas dificuldades em enfrentar crises específicas (PENSO, 2003).

A construção das relações nas redes tradicionais de socialização da criança e do adolescente: família e escola

a) Na família

“A experiência de amar e ser amado é uma das condições essenciais para o desenvolvimento sadio do homem”
(JERSILD, 1971, p.319)

A família é definida como núcleo primário de proteção, afeto e socialização para a criança e o adolescente. Entre as condições e eventos que mais auxiliam ou perturbam as crianças e os adolescentes de hoje estão as questões familiares: acordo e desacordo no lar, problemas de disciplina, autoridade, ajuda em momentos de crise etc.

Muitos estudos apontam que a afetividade é a base do relacionamento familiar (JERSILD, 1971; MILANI, 1991; PEREIRA, 2003, 2009). Na relação entre pais e filhos, o **amor** e o **diálogo** são fatores essenciais para o funcionamento harmônico da relação.

Ser pai e mãe implica não uma filiação biológica, mas uma filiação socioafetiva; compreende a verdade do coração, mais que a do sangue. Implica cidadania, pertencimento e identidade. Ser pai ou mãe é sê-lo por adoção, ou seja, é se comprometer, se responsabilizar, sustentar, cuidar, amar o filho, independente das formalidades legais. Para que haja a materialização do vínculo filial, portanto, é preciso que os pais reconheçam seus filhos e que os filhos se sintam reconhecidos e seguros nesta relação.

O jovem que se sente amado, sente maior liberdade para ser o que é, para explorar e buscar sua autonomia, pôr à prova suas capacidades, fazer escolhas e cometer erros. Isto não significa que nesta relação de amor entre pais e filhos não deva existir hierarquia e

autoridade, pois os pais que amam são também aqueles que transmitem a Lei, as regras e os **limites**.

O limite no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente é fundamental: significa proteção e amor. Significa a criação de um espaço e o estabelecimento de um tempo onde a criança e o adolescente podem exercer sua criatividade e espontaneidade sem receio ou riscos, tanto para si como para os outros (OUTEIRAL, 2003). Os limites permitem a eles exprimirem e dominarem sua agressividade natural; adquirirem autoconfiança; sentirem-se amados, assumirem valores morais, responsabilidades; desenvolverem o sentido do dever e das obrigações em relação ao outro (BOLLE DE BAL, 2001). Por isso, durante o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, os limites servem para ajudá-los na organização de sua mente.

Estabelecer limites requer suportar e sobreviver às reclamações da criança e do adolescente, negociar com eles e, principalmente, enfrentar dificuldades juntos. Este é o verdadeiro **exercício da autoridade**: estabelecer regras e valores, permitindo ao mesmo tempo atos de negociação e neutralização de desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas. Por isso, para que a criança e o adolescente se desenvolvam de modo a viverem a alteridade – o reconhecimento e respeito pelo outro - para que vivam como seres com responsabilidade social, é preciso que as figuras e funções de proteção, cuidado e autoridade estejam presentes em sua vida (SLUZKI, 1997; PEREIRA, 2009).

Quando os pais entendem esta função (que é ao mesmo tempo de controle e regulação social, de segurança e de proteção) e sua importância na vida de seus filhos, possibilitam a eles identificar e compreender o poder que têm, de modo a construir sua autonomia e assumir diferentes responsabilidades na vida. Mais ainda: a presença de referências sólidas que possibilitem a articulação entre os limites e o potencial criativo da criança e do adolescente permite que os momentos de dificuldades e decisões importantes tornem-se mais fáceis de serem enfrentados por eles (PEREIRA, 2009).

Porém, os limites estão cada vez mais ausentes na vida dos jovens. Apesar de se compreender a importância do exercício da autoridade, estudos (PEREIRA, 2003, 2009) têm evidenciado crianças e adolescentes encontrando dificuldades na construção de vínculos efetivos com as redes tradicionais responsáveis pelos processos afetivos e educativos (família e escola).

A família, como porta-voz privilegiado de transmissão dos valores a serem seguidos mudou ou teve sua força e sua eficácia diminuídas. Segundo Milani (1991), “a convivência familiar, nesta era nuclear, reduziu-se consideravelmente e, mesmo no tempo livre, a família encontra-se passiva e silenciosamente assistindo televisão, ‘reunida e não unida’” (p.390). Não há mais tempo para o diálogo familiar.

É interessante observar que as famílias têm suas especificidades culturais e sua construção de limites é subjetiva e única (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008). O que para algumas famílias é ordem, para outras é autoritarismo. O que algumas consideram como cuidado, outras podem considerar como sufoco. O que para algumas é silêncio, para outras é indiferença, como mostra Szymanski (2001). Assim, apesar de evidente a busca de crianças e adolescentes por limites, regras e leis, a forma como os percebem, ou seja, como os interpretam e solicitam, é particular a cada um. Além disso, a interpretação que eles

fazem das mensagens implícitas nos discursos e/ou comportamento dos pais e/ou responsáveis pode ou não corresponder àquilo que estes querem transmitir. De qualquer forma, esta interpretação é que orienta os filhos em suas reflexões e ações em relação aos pais.

Respeitando-se a cultura das famílias em cada contexto e as singularidades dentro de cada uma delas, em nossa atual sociedade regida pela lógica do consumo, observa-se que tem sido uma tarefa muito difícil para os pais conseguirem manter o controle sobre seus filhos e ao mesmo tempo serem flexíveis, apoiadores e democráticos. A função da autoridade deixa de existir quando os pais perdem sua voz ativa, sua individualidade, deixando de expressar seus próprios pensamentos, sentimentos e desejos; quando ceder se torna um hábito para estes pais; quando se tornam indiferentes em relação ao comportamento de seus filhos; ou quando passam a viver somente para eles. Os problemas comportamentais dos filhos estão, em geral, mais relacionados à ausência do que ao excesso de supervisão parental, pois a ausência dos pais faz com que os filhos permaneçam no vazio (OMER, 2002). Por outro lado, a rigidez na educação também compromete a autoridade dos pais. O costume ‘do bater’ em meios populares faz parte de uma cultura e disciplina que tendem a ser severas, punitivas e, em determinadas famílias, com requintes de violência (GUIMARÃES, 1998).

Como resultado das dificuldades apresentadas pelo sistema familiar no exercício de sua autoridade e proteção, as crianças e adolescentes passaram a encontrar dificuldades também nos seus processos de afiliação social, isto é, de vinculação em outros contextos de socialização (escola, comunidade, entre pares).

b)Na escola

Além da família, a escola é também uma instituição que exerce forte influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Além de ser o local da comunidade onde se encontra uma grande parcela de crianças e adolescentes em “relação” durante a maior parte do tempo de suas vidas, ela é também a grande responsável pela mediação entre eles e a sociedade. A escola, junto com a família, permite a humanização e a educação; permite a construção da autonomia e o sentimento de pertença ao grupo social. E, à medida que as crianças e adolescentes apropriam-se dos modelos e valores transmitidos por ela, deixam de imitar e ter como referência somente os pais.

É papel da escola não apenas transmitir informações, como também formar cidadãos. Em outras palavras, além de avaliar se os alunos estão aprendendo ou não, é função da escola compreender qual é o conhecimento que está sendo adquirido, qual a aplicabilidade desse conhecimento, quais os subsídios que o ensino oferece ao indivíduo para enfrentar melhor a vida e quais as contribuições na formação da sua auto-imagem.

A escola deve promover um ambiente e práticas que facilitem a aprendizagem, a criatividade, a expressão dos potenciais, a socialização, através de uma conduta ética de respeito e apoio recíprocos (DABAS, 2005). E, por ser uma instituição responsável pelos processos de desenvolvimento educativo e afetivo da criança e do adolescente, a escola também dispõe de uma autoridade em continuação à autoridade da família: autoridade que deve ser legítima, com suas normas, regulamentos e proibições (LÉVY, 2001). Entretanto,

infelizmente, na relação educador-aluno, as crianças e adolescentes também encontram a fragilidade na construção de regras e limites, a partir de um discurso ainda moralista, impositivo, preconceituoso ou impotente. Conseqüentemente, surgem em muitos jovens um forte sentimento de insegurança e não pertencimento à instituição (PEREIRA, 2009).

Há muito a ser feito no que se refere a políticas públicas de educação e cultura. As escolas, hoje, enfrentam desafios como políticas culturais e educacionais desarticuladas, falta de continuidade de programas e projetos pedagógicos, poucos recursos. O apoio sistemático de um professor, assim como o desenvolvimento eficaz do conteúdo – direcionado à realidade da criança e do adolescente, fazendo-os compreender a sua aplicação - são condições muito importantes para a garantia da assiduidade escolar.

Contudo, em muitas instituições de ensino, os conteúdos são transmitidos sem articulação com a realidade do aluno, ou seja, a vida de cada um fica do lado de fora da escola, optando por um modelo de homem a educar, um modelo de homem passivo perante o mundo, que não sabe aplicar o que aprende no meio em que vive. As regras são tomadas como absolutas e naturais e o fracasso escolar é explicado basicamente pela falta de empenho e esforço do aluno ou mesmo dos pais. Além disso, a escola e os educadores estão tendo dificuldades em assumir a responsabilidade de proteger o adolescente diante das adversidades (brigas entre alunos, uso e venda de drogas na instituição, ameaças de gangues). Não sabem como utilizar seus recursos na proteção da criança e do adolescente: optam muitas vezes por condutas rígidas demais, como pela saída do aluno da escola. Em outros momentos, assumem uma postura de indiferença, ou de discriminação e preconceito. Seja como for, evidencia-se um sentimento de impotência diante da situação. A escola fica paralisada, fragilizada diante das situações adversas que enfrenta (PEREIRA, 2009).

O desafio dos profissionais no resgate da proteção

Diante de relações fragilizadas tanto na família como na escola – o que comporta fator de risco na vida dos sujeitos em desenvolvimento - surge o grande desafio de outras instituições no resgate à proteção.

A autoridade aparece nas redes das crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social como uma “**autoridade líquida**” - que não se materializa, não se concretiza, não se compromete com sua função. As relações apresentam-se como “descartáveis”, parecendo “escorrer pelas mãos”, num processo de perda constante da qualidade dos vínculos afetivos nestas redes. Conseqüentemente, os jovens tornam-se mais vulneráveis a situações de risco (violência intrafamiliar, abuso sexual, maus tratos, envolvimento com o mundo do crime, das drogas, do alcoolismo e da prostituição) com a possibilidade de buscarem na rua relações não encontradas em casa ou na escola.

Os profissionais que compõem a rede socioassistencial de crianças e adolescentes precisam estar atentos a estas questões que ferem hoje as construções familiares e o ambiente escolar, assim como aos preconceitos e estigmas que geram, pois são estes espaços de socialização que compõem as primeiras relações das crianças e dos adolescentes e, quando bem trabalhadas, são importantes redes de apoio ao seu desenvolvimento saudável.

Em situações extremas, como no caso do abandono ou do afastamento do convívio familiar por evidências de violação dos direitos da criança e do adolescente, o processo de reintegração familiar passa a ter forte ligação com a possibilidade de construção de um vínculo significativo entre a família e os profissionais que a acompanham.

Sabe-se que a criança e adolescente que estão sob a medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), aguardando retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta, precisam ter nestes contextos (em um caso ou em outro) figuras de autoridade, de proteção e cuidado para seu desenvolvimento saudável. As famílias devem ser auxiliadas na construção de novas possibilidades de estarem juntas com a criança, apesar da separação vivida. Os serviços socioassistenciais devem considerar, então, os fatores de risco e proteção nestes contextos para poderem propiciar novas formas de interação da criança e do adolescente com a família e a escola, buscando uma vinculação de melhor qualidade.

As condições adversas vividas por estas crianças e suas famílias exercem forte influência também sobre as crenças dos profissionais acerca de suas histórias de vida e do modo como devem se relacionar com elas. Neste sentido, os próprios profissionais precisam estar preparados para receberem estas crianças e adolescentes sem discriminação e preconceito; precisam estar atentos às suas crenças que, por vezes, os impedem de olhar para as pessoas que compõem estas redes com legitimidade. Quando o serviço de atendimento não é de qualidade ou prolonga-se desnecessariamente, o afastamento do convívio familiar pode ter conseqüências negativas sobre o processo de desenvolvimento dos sujeitos. Por isso, a articulação e bom funcionamento intra e intersetorial da rede institucional é fundamental na efetividade do seu trabalho que, apesar de transitório, deve ser reparador.

Com relação à escola, deve-se favorecer a sua articulação com a família e sensibilizar os educadores para que atuem como agentes facilitadores da integração da criança e do adolescente em situação de abrigo no contexto escolar, resgatando a autoridade perdida, incentivando o protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos sociais e evitando possíveis situações de preconceito e discriminação.

Tanto para os profissionais que atuam diretamente com esta problemática como para todos aqueles que lutam pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, o enfoque das ações deve ser no sentido da “prática de redes sociais”. Para isso, é preciso primeiramente compreender o que são “redes sociais”, destacar sua importância na vida das pessoas, para em seguida apresentar uma forma de se pensar o atendimento à criança e ao adolescente em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar a partir da sua “prática”. Os instrumentos e informações que serão expostos a seguir têm a intenção de fomentar a reflexão do leitor para uma compreensão mais ampla acerca da infinidade de situações vividas por estas crianças e adolescentes e para a construção de novas possibilidades de interação e intervenção por parte dos diferentes atores implicados neste contexto.

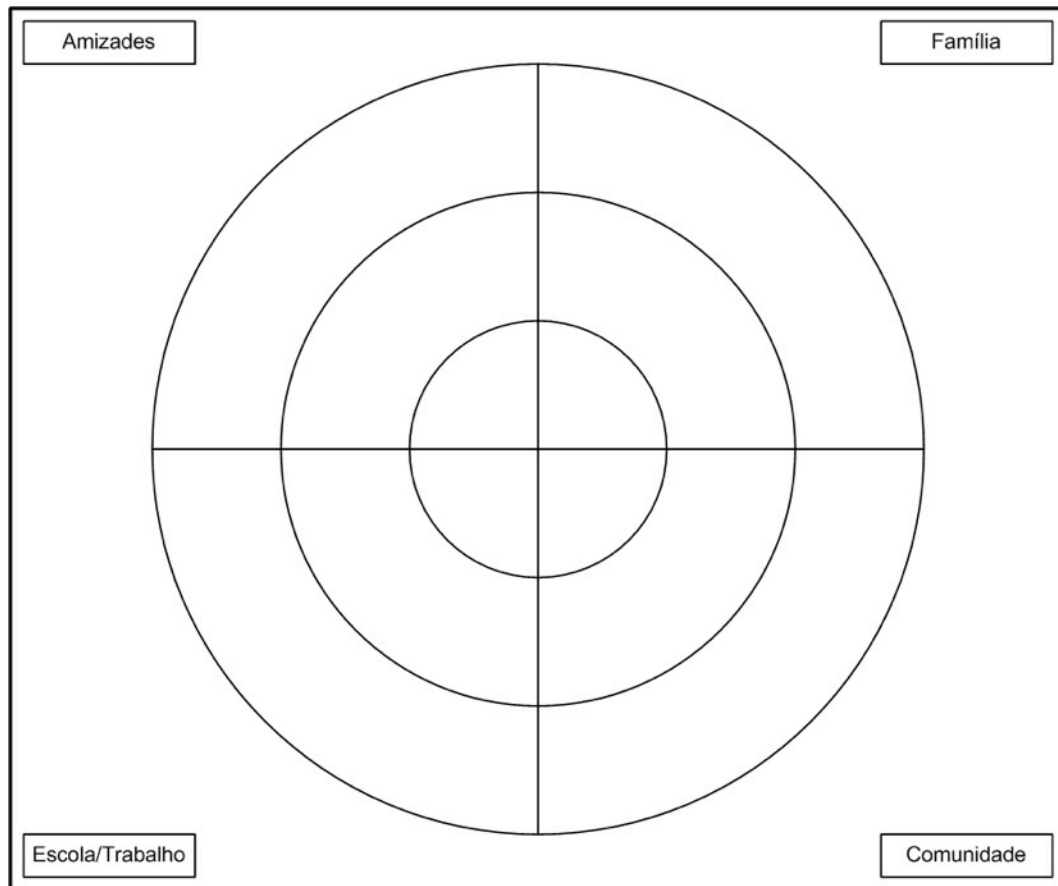
Teoria das redes sociais

A rede é o conjunto de pessoas com quem o sujeito interage de maneira regular e que compõe sua rede social pessoal, ou seja, é a soma de todas as relações que o sujeito percebe como representativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade (SLUZKI, 1997). Existem diferentes tipos de redes das quais as pessoas fazem parte e para cada tipo de rede há também diferentes funções desempenhadas na vida dessas pessoas.

As relações sociais contribuem para dar sentido à vida de seus membros, favorecendo a organização da identidade por meio do olhar e da ação dos outros: “*existimos para alguém*”, “*servimos para alguma coisa*”. Só é possível sermos autônomos por intermédio do outro, de nossa relação com o mundo externo, de nossas construções em rede... Nunca sozinhos! Neste sentido, compreende-se que as redes sociais são espaços transicionais que permitem a convergência das emoções e a mutualidade de interesses que, quando articulados, constituem espaços informais de suporte e apoio, sendo, portanto, o instrumento que pode fazer face à exclusão sofrida pelas populações de risco e que vivem em contextos de desproteção social (SUDBRACK, 1996).

Para que se possa organizar e mobilizar as redes sociais em determinada situação, como no caso das redes de crianças e adolescentes em situação de abandono e/ou afastamento do convívio familiar, é preciso primeiramente conhecê-las.

Sluzki (1997) propõe um mapa da rede social pessoal, que permite conhecer e avaliar a rede de um indivíduo em determinado momento de sua vida, pois inclui todos aqueles com quem ele interage. O mapa, como ilustrado abaixo, é composto por quatro quadrantes (família, amigos, escola/ trabalho e comunidade) - que são considerados neste mapa como segmentos da rede pessoal - e três círculos concêntricos, determinando a proximidade e o distanciamento com os membros da rede e apontando o grau de intimidade, a frequência e o compromisso das relações.



O mapa oferece a possibilidade de uma exploração aprofundada da rede social do indivíduo, tornando-a visível para aqueles que a estão explorando, pois o ato de nomear a rede, de falar sobre ela, é uma forma de se ter contato com ela, de refletir sobre ela, o que permite às pessoas construir idéias e atividades no sentido de ativá-la, mobilizá-la ou desativá-la de acordo com o que estão vivendo, abrindo assim, espaço à mudança e a novas formas de articulação social (SLUZKI, 1997).

Na exploração do mapa, para estabelecer a fronteira da rede e definir seus integrantes, pode-se utilizar perguntas como: *“Quem são as pessoas importantes de sua vida?”*; *“Com quem você conversou ou encontrou nesta última semana?”*; *“Quando você está com vontade de visitar alguém, para quem você liga?”*; *“Quando você está com problemas, quem você procura?”*; *“Com quem você se encontra regularmente?”*; Para saber o movimento destas pessoas na sua vida, se estão se aproximando cada vez mais ou se afastando, podem-se utilizar perguntas como: *“Em que direção você acha que a sua relação com esta pessoa está indo?”*; *“Em direção a um aumento de intimidade ou redução de intimidade ou sem mudanças previsíveis?”* (SLUZKI, 1997).

Neste sentido, as redes sociais podem ser compreendidas e avaliadas a partir de três eixos: **características estruturais da rede**; **funções da rede** e **atributos do vínculo**.

Com relação às características estruturais da rede, pode-se avaliá-las em relação ao **tamanho**, ou seja, ao número de pessoas; à **densidade**, que se refere à conexão entre os

membros da rede, independente do informante; à **composição ou distribuição** da rede, que significa a proporção do total de membros da rede localizados em cada contexto (família, escola, trabalho, amigos, comunidade) e em maior ou menor proximidade; à **dispersão**, que se refere à distância geográfica entre os membros da rede, ou seja, à facilidade ou dificuldade de acesso para gerar articulação e comportamentos efetivos; e à **homogeneidade ou heterogeneidade** da rede, de caráter demográfico e sociocultural, que se refere às características das pessoas com quem o indivíduo se relaciona, segundo idade, sexo, cultura e nível socioeconômico. Assim, por exemplo, se as pessoas que compõem a rede do indivíduo são muito diferentes podem surgir dificuldades quando precisam se mobilizar para prestar ajuda. Por outro lado, se o grupo é homogêneo demais será incapaz de buscar soluções diferenciadas e possibilitar o surgimento de soluções alternativas (SLUZKI, 1997).

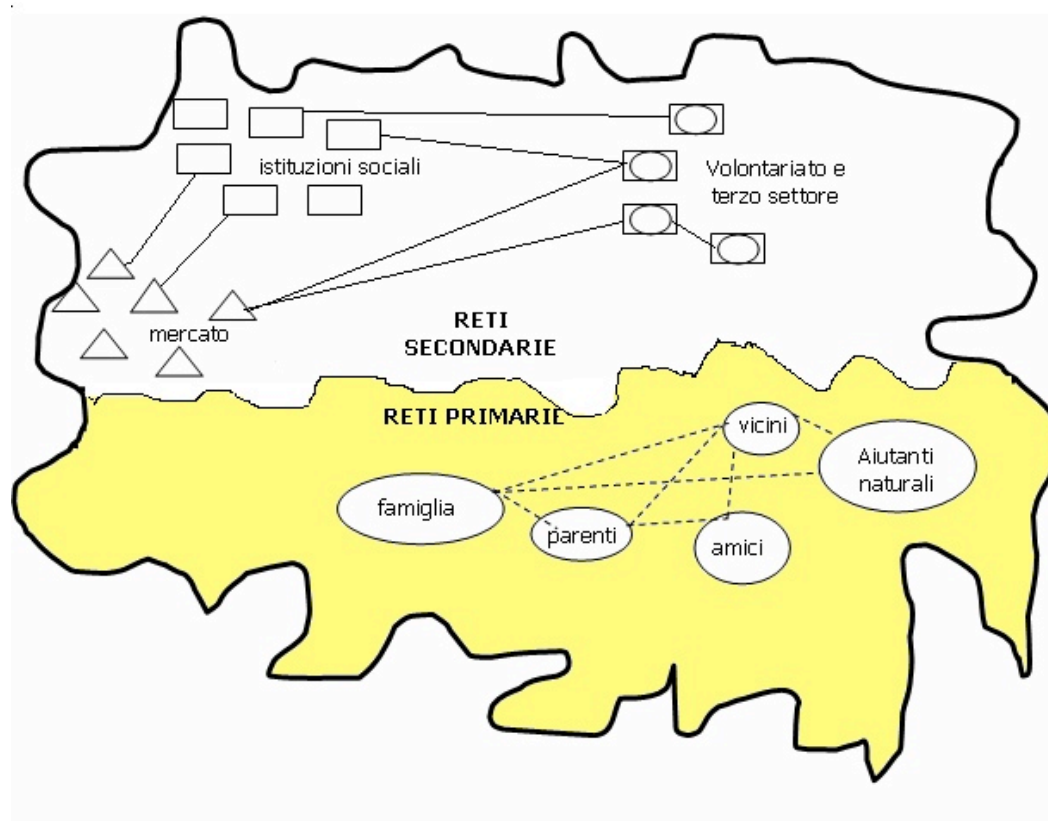
De um lado, a rede está relacionada a um grupo de interações espontâneas que podem ser descritas em um dado momento e que aparecem em um certo contexto definido pela presença de práticas mais ou menos formalizadas. Por outro lado, este termo pode ser aplicado à intenção de se organizar estas interações de um modo mais formal, definindo um campo de interesses, formalizando preocupações, práticas, linguagens e estratégias, traçando fronteiras e limites, propondo objetivos, distribuindo funções, diferenciando-se dos outros e gerando, assim, uma nova dimensão, em um outro nível de complexidade (PAKMAN, 1995). Neste sentido, todo indivíduo pertence a uma rede, a um subgrupo da sociedade global. Além disso, é importante ressaltar que as redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação entre atores, organizações, instituições. São forças existentes para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. A rede traz a possibilidade de integração da diversidade e do surgimento de novas formas de organização e de gestão do trabalho.

Partindo desta idéia de articulação entre atores e organizações, Sanicola (2008) amplia o mapa das redes, classificando-as em **redes primária e secundária**. A rede social primária, assim como propõe Sluzki (1997) é constituída por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. Cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, organizações das quais participa: políticas, religiosas, sócio-culturais. A socialização dos seres humanos começa desde a infância e já nesse momento a rede de relacionamentos que a criança vai construindo à sua volta é importante para o desenvolvimento da sua identidade individual e coletiva.

Por ser rede primária e espaço de inúmeras identificações, a família pode-se tornar tanto uma rede de relações confiáveis (como no caso de famílias onde há amor, autoridade e diálogo), como de relações instáveis e não-confiáveis (como no caso de famílias disfuncionais). Em algumas situações, a família pode se constituir como um espaço de risco para seus membros, como ocorre em famílias que vivem situações de violência intrafamiliar, uso de drogas e álcool, presença de transtornos mentais, entre outras. Estas famílias podem apresentar também dificuldades em mobilizar os vínculos da rede não-familiar, por não se sentirem no direito de fazê-lo, dificultando o processo de desenvolvimento saudável dos seus componentes. E neste momento, torna-se

imprescindível pensar as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não como limitadas à sua família nuclear e extensa, mas como ampliada a um conjunto de relações interpessoais constituídas tanto por amigos, vizinhos, relações de incentivo ao protagonismo juvenil, de inserção comunitária (rede primária), como também pelas de serviços socioassistenciais, de saúde e justiça, as quais configuram a rede social secundária e que devem intervir, nestes momentos de crise e disfuncionalidade familiar, de forma articulada para o apoio e resgate das competências destas famílias.

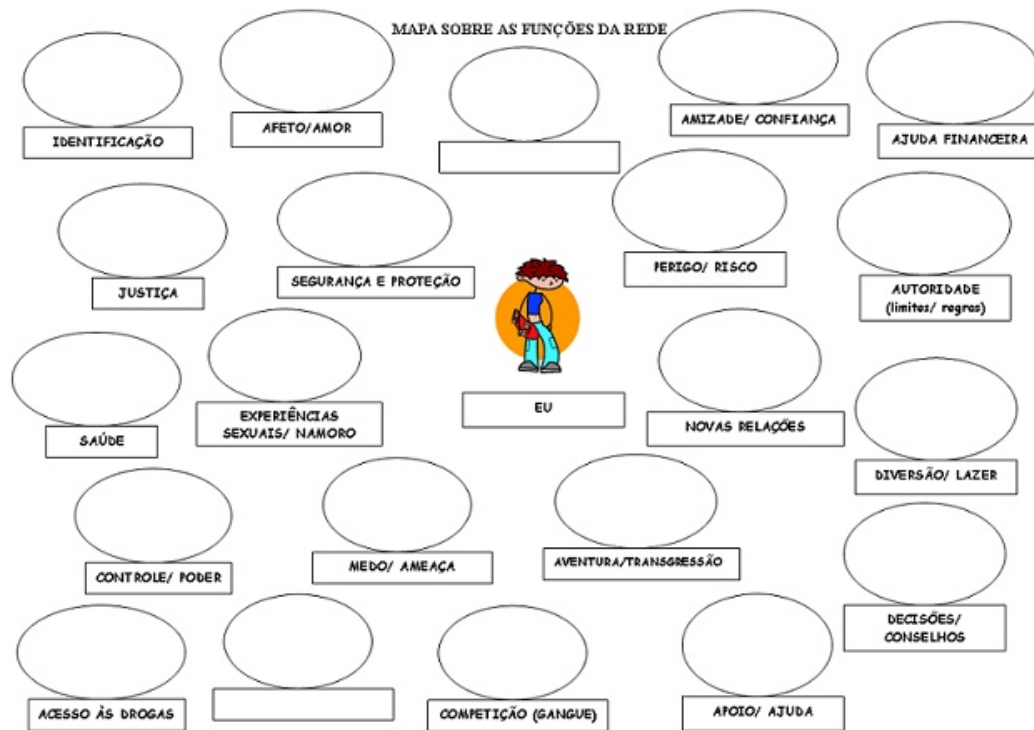
A rede social secundária é, portanto, a rede que fornece atenção especializada, orientação e informação. Esta rede é formada por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas; organizações sociais, organizações não governamentais, grupos organizados de mulheres, grupos de ajuda mútua e associações comunitárias. Suas funções são a prevenção e o apoio, formando-se pela atuação coletiva de grupos, instituições e pessoas que defendem interesses comuns (SANICOLA, 2008). No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, podemos citar os órgãos e serviços que estejam acompanhando as famílias, as crianças e os adolescentes, tais como: a escola, a Unidade Básica de Saúde – o SUS – o Sistema da Justiça da Infância e Juventude, os Serviços Socioassistenciais - CAPS, CREAS, CRAS – os Conselhos Tutelares, as instituições de acolhimento. Dependendo do grau de liderança e da força de seus componentes, esta rede pode ter um grande poder de mobilização e articulação para atingir seus objetivos. Segue abaixo o mapa das redes, classificado em redes primárias e secundárias, proposto por Sanicola (2008):



Tanto nas redes primárias como nas secundárias, as relações exercem funções específicas, que são determinadas pelo tipo predominante de intercâmbio interpessoal entre os membros que as compõem. Dentre essas funções, destacam-se a de **companhia social**, que se refere à realização de atividades conjuntas ou simplesmente ao “estar juntos”; a de **apoio emocional**, onde o indivíduo conta com a compreensão, simpatia, empatia, estímulo, apoio e boa vontade do outro; a função de **guia cognitivo e de conselhos** - interações destinadas a compartilhar informações pessoais ou sociais, ajudar a tomar determinadas decisões, esclarecer expectativas e proporcionar modelos de papéis; a função de **regulação ou controle social**, relacionada ao exercício da autoridade e às interações que lembram e reforçam responsabilidades e papéis e neutralizam os desvios de comportamento; a de **ajuda material e de serviços**, que se refere à colaboração com base em conhecimentos de especialistas ou ajuda física; e a de **acesso a novos contatos**, responsável por promover a conexão com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede social do indivíduo.

Além dessas funções, novas funções foram identificadas e adicionadas ao longo das pesquisas (PEREIRA, 2009), como a de **identificação**, relacionada às figuras de idealização, modelos, referências mais representativas para o indivíduo; a de **afeto/amor**, que se refere às relações que dedicam atenção, apreço, carinho, cuidado ao outro; a de **segurança**, que conecta o indivíduo com pessoas ou grupos que representam segurança e proteção; a função de **amizade/confiança**, ou seja, relações de confiança estabelecidas nos diferentes segmentos (família, pares, escola, comunidade) da rede do indivíduo; a de **perigo/risco**, a partir de relações que ficam comprometidas por exporem o sujeito a constantes situações de risco; a de **controle/poder**, que se refere às relações de poder e dominação, ou seja, refere-se à conexão com grupos ou pessoas que exercem domínio sobre a relação, reforçando o contexto da obrigação e não da espontaneidade; **medo/ameaça**, que funciona a partir de interesses e controle de uns sobre os outros; **aventura/transgressão**, relações que levam a pessoa ao envolvimento em situações de aventura a partir de vivências de risco, de transgressão às normas vigentes; **acesso às drogas**, função relacionada ao contato com pessoas envolvidas com o mundo das drogas (consumo e venda); e por fim, a função de **competição**, estabelecida mais especificamente no vínculo com pessoas ou grupos que estimulam a disputa e a competição através da violência.

O mapa proposto a seguir (PEREIRA, 2009) ilustra as funções da rede descritas acima e pode ser utilizado para a sua compreensão de forma mais aprofundada:



Por fim, cada vínculo formado na rede – com sua respectiva função - é também analisado em termos de seus atributos. Tem-se a **função predominante**, que é aquela ou aquelas funções que caracterizam de maneira predominante o vínculo; **multidimensionalidade**, que se refere ao número de funções desempenhadas por cada membro da rede; **reciprocidade**, outro atributo que se refere ao fato do indivíduo desempenhar ou não, para as pessoas com quem se relaciona, os mesmos tipos de função que elas desempenham para ele; **intensidade**, relacionada ao grau de intimidade entre os membros da rede; **frequência dos contatos**, isto é, a manutenção ou não do contato do indivíduo com as pessoas da sua rede; e a **história da relação**, que se refere à história do vínculo entre o indivíduo e os membros da rede, ou seja, de como o vínculo foi ativado até o momento atual (SLUZKI, 1997).

Através do conhecimento das características estruturais da rede, assim como de suas funções e qualidades/atributos é possível identificar as dificuldades e problemas dos indivíduos no processo de construção de suas relações e, assim intervir, auxiliando-os em novas possibilidades de estar com o outro.

O mapeamento das redes sociais, além de ser um instrumento mobilizador e terapêutico - à medida que traz uma reflexão aprofundada sobre os vínculos afetivos – quando utilizado no contexto de famílias com crianças e adolescentes afastadas de seu convívio, levanta informações relevantes sobre: composição familiar; história e dinâmica das relações entre os membros da família; valores e crenças familiares; estratégias

familiares de enfrentamento de situações adversas; potencial e dificuldades na família e demais grupos de socialização; demandas e conflitos relacionais; vínculos significativos na família nuclear e extensa, na comunidade, na escola, entre pares; situações de risco e proteção nas redes; intensidade e qualidade dos vínculos; valores e costumes da comunidade; formação dos grupos de pares e suas ideologias; condições de acesso da família a serviços e programas de atendimento especializado; e percepção da criança ou adolescente sobre a possibilidade de afastamento do convívio familiar.

Após o levantamento de informações e avaliação das redes, parte-se então para a ação. Mas, como pensar o atendimento à criança e ao adolescente diante de todas estas informações?

A prática de redes sociais

**“A dor provocada por uma perda
exalta a benção do que possuíamos”**

(SLUZKI, 1997)

O vazio de identidade, de história, de continuidade, de nutrição emocional, de validação, de cuidado pelo outro, produzido pela **perda de um vínculo** faz parte de nossa identidade-em-contexto e é uma experiência universal. Esta perda pode ocorrer de várias formas: o desaparecimento de alguém querido; o falecimento do pai, da mãe, do irmão; a perda de um atributo físico; a percepção de que um sonho idealizado nunca será materializado; a descoberta de que uma figura idealizada era desonesta, mentirosa; um objeto roubado; o abandono da família; a deterioração das relações nos diferentes segmentos da rede social pessoal; a violência intrafamiliar, os maus tratos e abuso sexual na família levando ao afastamento do convívio familiar, enfim, todas estas são possibilidades de perda de vínculo e é fundamental compreendermos que a dor causada por estas vivências é única para cada um (SLUZKI, 1997).

Partindo de uma reflexão sobre as redes sociais de crianças e adolescentes em situação de abandono e/ou afastamento do convívio familiar, encontramos poucas relações, de baixa qualidade, deterioradas e sem recursos de acesso a novos contatos. O abandono ou afastamento do convívio familiar possuem efeito interpessoal aversivo, ou seja, geram nos outros condutas evitativas. O abandono restringe a mobilidade da pessoa, o que reduz a oportunidade dos contatos sociais e o isola; além disso, tende a debilitar a criança e o adolescente e, em consequência, estes também reduzem sua iniciativa de ativação da própria rede.

A criança e o adolescente que sofrem o abandono passam a ter dificuldades em gerar comportamentos de reciprocidade no jogo interpessoal da interação social, ou seja, passam a ter menos possibilidades de apresentar comportamentos equivalentes aos de seus cuidadores (como os profissionais das instituições de acolhimento, por exemplo). Do mesmo modo, para os profissionais que atendem estes jovens, os comportamentos de cuidados para com eles são pouco gratificantes, pois é difícil a superação do abandono

sofrido, dificultando, conseqüentemente, o processo de reintegração familiar. Pode ocorrer, o esgotamento dos membros da rede socioassistencial (dos profissionais envolvidos nesta rede de apoio), através da sobrecarga do cuidador, principalmente no caso de uma rede social secundária mínima e desarticulada.

Para que os profissionais que atendem crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo cumpram sua função protetiva e de restabelecimento de direitos - favorecendo a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o empoderamento das famílias e o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes atendidos – é importante combater todas as formas de discriminação e preconceitos em relação às crianças e suas famílias (seja pela condição sócio-econômica, pela etnia, religião, gênero, orientação sexual, necessidades especiais, doenças infectocontagiosas etc), respeitando sua individualidade e histórias de vida; e conhecer as redes delas (além das suas próprias), para que consigam compreender a real importância destes vínculos no desenvolvimento saudável de todo do sistema e possam construir vínculos de confiança (na relação equipe técnica/criança) para um diálogo transparente e transformador.

Além do conhecimento da rede social pessoal e do esforço conjunto no sentido de buscar a autonomia da criança e do adolescente – a partir do exercício da autoridade pela própria equipe - deve-se promover o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social também das famílias e demais redes de apoio. As famílias devem ter assegurado o acesso à rede de serviços públicos de saúde, por exemplo. Além disso, as próprias redes institucionais secundárias, como as de acolhimento, serviços de saúde, apoio socioassistencial, devem elas próprias fortalecerem-se em suas relações tanto numa perspectiva intrasetorial como intersetorial, de modo que a fragilidade dessas redes não conduzam os profissionais à insegurança na tomada de decisões sobre o futuro da criança e do adolescente. E, por fim, em um nível macrossocial, todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de uma forte articulação entre todas as redes (primárias e secundárias).

A reação de alarme, de medo, de susto, de sentir-se desprotegido, quando vivenciado por uma criança, por exemplo, atenua-se com a presença de figuras familiares num ambiente acolhedor. O sistema familiar apoia-se na sua capacidade autogestiva (descentrada da função do especialista), procurando encontrar, ela mesma, uma forma de se organizar diante de sua desorganização. A tensão no sistema facilita o processo de mudança, possibilitando a entrada de novas informações no sistema. A família que exclui é também a família que poderá acolher. A família “problemática” é também a família que carrega a “solução”. Assim, numa visão baseada no paradigma da complexidade, pode-se pensar a família como um espaço de risco, e também, como contexto de proteção, sem que haja exclusão ou separação das partes (DIOS, 1999). Neste sentido, o caos familiar revela a competência da própria família.

A família tem capacidade de modificar suas estruturas quando se produzem mudanças em seu meio. As mudanças estruturais mantêm a estabilidade do sistema e, ao mesmo tempo, dão o impulso para que se desenvolvam modalidades organizativas mais complexas, de auto-organização, esforçando-se para encontrar o equilíbrio. No entanto, quando os sintomas aparecem (violência intrafamiliar, situações de abuso sexual,

alcoolismo e uso de drogas entre os membros da família etc), interrompem a evolução do sistema. Neste momento, a rede primária proporciona uma retroalimentação cotidiana a respeito dos sintomas, ou seja, a rede atua como monitor para a procura de ajuda de especialistas e, portanto, é fundamental a intervenção dos serviços socioassistenciais, educacionais, de saúde, justiça e segurança pública como redes de apoio no desenvolvimento, mudança e situações de crise na família.

Considerando os problemas em relação ao afastamento do convívio familiar de crianças e adolescentes como fatores sociofamiliares complexos, entendemos que **a prática de redes sociais** é a via mais apropriada na busca de soluções a estas questões, à medida que exige mudanças não somente em relação ao comportamento da criança, do adolescente e de suas famílias, mas de todos aqueles implicados na sua história, de alguma forma.

Na prática de redes sociais, as famílias desenvolvem sua capacidade de auto-organização, recuperando suas competências e autoridade, conscientizando-se de sua importância para a criança e o adolescente, tornando-se elas mesmas especialistas de seus filhos. A família reflete sobre sua responsabilidade e é capaz de desenvolver novas estratégias para a resolução dos conflitos; aprende com a experiência a superar os desafios; e se fortalece enquanto rede de apoio, proteção, autoridade e afeto para a criança e adolescente.

O papel da sociedade é o de se fortalecer enquanto rede social de apoio e de solidariedade. Quando a criança é afastada provisoriamente do convívio familiar, é necessário empreender esforços para que ela não seja afastada também da escola, da comunidade, de outros grupos de pertencimento ou de atividades coletivas que frequenta nos diferentes segmentos de sua rede. As ações devem ser no sentido não do afastamento ou perda dos laços afetivos já construídos, mas da manutenção dos mesmos, caso estes sejam firmes, efetivos, construtivos e positivos.

A prática de redes sociais funciona como instrumento de prevenção, numa ação conjunta dos saberes existentes (famílias, educadores, profissionais). A prática de redes não é uma “técnica de terapia de rede”, já que esta costuma ter um efeito restritivo e empobrecedor neste tipo de intervenção; mas é sim, um instrumento para pensar e atuar em diversas situações, pois amplia nossa visão para uma visão multidimensional; premia a evolução pessoal, ao invés de castigá-la; favorece a cooperação, ao invés de sabotá-la; modela o respeito e o carinho, ao invés de mistificá-los; estimula a criatividade e a autonomia, ao invés de castrá-las; favorece a capacidade para tolerar a ambigüidade, ao invés de escapar dela; e pratica a tolerância, ao invés do preconceito. Propõe, portanto, a potencialização das redes de solidariedade entre as pessoas que compartilham problemas similares; e acredita que as pessoas são responsáveis pelas suas próprias mudanças e pelas mudanças no meio em que vivem (DABAS, 1995, 1998; PEREIRA, 2003; SLUZKI, 1997; SUDBRACK, 1999).

A criança, o adolescente e a família são percebidos como agentes de mudanças. Neste sentido, devem ser planejadas ações que favoreçam a interação entre as crianças e os adolescentes e entre estes e os contextos os quais freqüentam, como a escola, a família, a comunidade, as instituições religiosas, os grupos de protagonismo juvenil (grupos de dança, de música, de estudos etc). As crianças e adolescentes precisam ser capazes de identificar

seus sentimentos e expressá-los, assim como precisam também reconhecer as necessidades emocionais dos outros membros de seu sistema sociofamiliar, para construir a sua rede afetiva e elaborar projetos de vida.

Pensar em termos de rede ajuda-nos a reconstruir nossa própria trama social danificada e a criar dispositivos que nos permitam elaborar nossos medos e ajudar as pessoas a fazê-lo. Por isso, “é importante considerar o valor dos contextos locais, das relações pessoais, da confiança no outro, da possibilidade de participação na planificação dos programas que afetam a vida do conjunto” (DABAS, 1995, p.8). A prática de redes sociais promove o desenvolvimento da capacidade auto-reflexiva e autocrítica; a otimização da organização autogestiva; e a mudança na subjetividade das pessoas, na família e no meio social. É uma “ferramenta conceitual útil e poderosa para organizar as experiências pessoais e coletivas, tanto aquelas que povoam nossas próprias vidas como as de nossos pacientes... e fazer algo a respeito.” (SLUZKI, 1997, p.27).

É necessário que os serviços de atendimento à criança, ao adolescente e suas famílias conheçam mais sobre estas pessoas com quem trabalham. Com a articulação dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente, é possível ajudá-los a desenvolver o espírito crítico, autônomo e transformador. A interdição e a Lei precisam ser internalizadas através de modelos de identificação positiva que forneça aos sujeitos em desenvolvimento as noções de realidade e limite. Para uma nova relação, é possível auxiliar os pais e educadores a examinarem suas atitudes, o impacto delas sobre seus filhos e alunos. Através da articulação das redes de apoio e acolhimento, é possível resgatar limites através do resgate da autoridade e da negociação, o que pressupõe o estímulo à autonomia, à descristalização de papéis e ao comprometimento entre os diferentes atores implicados no processo (PEREIRA, 2009).

Compreende-se que abrir espaço entre crianças, adolescentes e famílias para o debate coletivo (como nas reuniões multifamiliares, por exemplo) ou expressão individual é uma oportunidade de aproximação ao plano afetivo, rumo a uma relação transparente entre o serviço e sua clientela. Estes espaços são capazes de despontar reflexões bastante ricas no sentido da compreensão das dificuldades de funcionamento da rede, assim como na busca de possibilidades de mudança. Quando são oferecidos aos diferentes atores sociais implicados, espaços de diálogo, possibilidades de construção coletiva, de reflexão grupal, todos amadurecem suas idéias para enfrentá-las – tanto os atendidos como os que atendem. Favorecer o diálogo entre os atores sociais é também possibilidade de fortalecimento das redes. Quando as pessoas discutem, as trajetórias se entrecruzam, surgem pontos em comum nas suas experiências de vida que geram identificação e ligações afetivas (PEREIRA, 2009).

O estímulo ao protagonismo juvenil deve ser também colocado a serviço de ações dos serviços de acolhimento – além de ser foco das políticas públicas – contribuindo para o desenvolvimento e a inclusão dessas crianças e adolescentes que vivem sob medida protetiva de abrigo, de modo a diminuir as desigualdades, a discriminação, o preconceito e a distância que os separam dos sistemas privilegiados da sociedade (PEREIRA, 2009).

É bem verdade que propor uma nova forma de lidar com estes jovens e suas famílias requer lidar com o novo, com o inusitado, o que provoca nos serviços ansiedade,

desconforto, sensação de desqualificação, de incapacidade de realização. Esta é também uma questão a ser trabalhada: lidar com a resistência à mudança, com o medo do novo, do não saber fazer diferente, tão arraigado nas redes sociais de apoio e assistência já formadas (PEREIRA, 2003, 2009).

Diante de todas essas possibilidades de ação e compromisso social, compreendemos que não estamos tratando de um trabalho pontual, mas árduo e que requer esperança e disposição, pois por se tratar de “rede”, a responsabilidade deve ser compartilhada por todos nós. O fato é que temos um importante papel social a cumprir na luta por um mundo mais humano e não podemos nos eximir disso.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

BOLLE DE BAL, M. (2001). Da revolta contra os pais à revolta dos pais. In: ARAÚJO, J. N. G.; SOUKI, S. G.; FARIA, C. A. P (Orgs.), **Figura paterna e ordem social**. (p.41-57). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BRASIL. Lei no. 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. A mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a Terapia Familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.), **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar**. (p. 07-29). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COLLE, F. X. **Toxicomanias, sistemas e famílias**. Lisboa: Climepsi, 2001.

DABAS, E. A Intervenção em rede. **Nova Perspectiva Sistêmica**, 4 (6), 5-17, 1995.

DABAS, E. **Redes sociales, familias y escuela**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

DIOS, V.C. Droga, família, escola e o grupo de pares no processo de socialização de crianças e adolescentes em situação de rua. In: CARVALHO, D.B.B.; SILVA, M.T. (Orgs.). Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: a experiência do PRODEQUI – **Cadernos do PRODEQUI 1**. Brasília: MS/COSAM; UnB/PRODEQUI; UNDCP, 1999.

- DORON, R.; PAROT, F. **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Editora Ática, 2000
- ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GUIMARÃES, E. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- JERSILD, A. T. **Psicologia da Adolescência**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1971.
- LÉVY, A. Ciências clínicas e organizações sociais: Sentido e crise do sentido. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.
- MILANI, F. M. O adolescente, a família e a escola: uma visão integrada. **I Congresso Nacional. A saúde do adolescente** (p. 389-402). Rio de Janeiro: academia nacional de medicina, 1991.
- MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- OMER, H. **Autoridade sem violência: O resgate da voz dos pais**. Belo Horizonte: Artesã, 2002.
- OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer: estudos revisados sobre adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.
- PAKMAN, M. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.). **Redes el lenguaje de los vinculos: Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil**. (p. 294-302) Buenos Aires: Paidós, 1995.
- PENSO, M. A. **Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; RIBEIRO, M. A. Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.), **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção** (pp. 9-23). São Paulo: Summus, 2008.

PEREIRA, S. E. F. N. **Drogadição e atos infracionais entre jovens na voz do adolescente em conflito com a lei do DF.** 2003. 270 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas.** 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRETO, N. G. Transformação do sistema Familiar na adolescência. In: CARTER, B; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar.** (p. 223-247). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social.** São Paulo: Veras Editora, 2008.

SELOSSE, J. **Adolescence, violences et déviances (1952 – 1995)** (Sous la directions de: Jaques Pain et Loich – M.Villerbu). Vigneux: Editions Matrice, 1997.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

STANTON, M. D.; TODD T. C. El modelo terapéutico. In: STANTON, M.D.; TODD T.C (Orgs) **Terapia familiar del abuso y adicción a las drogas** (p. 101-159). Buenos Aires: Gedisa, 1988.

SUDBRACK, M. F. O. Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda. **Coletâneas da ANPEPP**, 11 (2), 87–113, 1996.

SUDBRACK, M. F. O. Abordagem comunitária e redes sociais: um novo paradigma na prevenção da drogadição. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. T. (Orgs.). Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: a experiência do PRODEQUI – (p.161-176) **Cadernos do PRODEQUI 1.** Brasília: MS/COSAM/ UnB/PRODEQUI/ UNDCP, 1999.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Plano, 2001.